

AS REGIÕES INDUSTRIAIS NUMA EUROPA AMPLIADA

Uma resposta das zonas industriais da Europa ao
Segundo Relatório sobre a Coesão e uma visão
sobre a futura Política de Coesão da União Europeia
a partir do 2006

Coalition InTer

A coesão dos territórios industriais
europeus

Constantes repercussões da reestruturação industrial

As indústrias Europeias ainda se estão a reestruturar, e terão que continuar a fazê-lo se desejam preservar sua competitividade.

- No carvão, no aço e noutras indústrias tradicionais continuam a perder postos de trabalho.
- Muitos territórios estão a perder empregos na têxtil e na confecção, na alimentação e noutros sectores básicos.
- Inclusive em sectores mais novos (telecomunicações, informática) começa-se a notar a pressão sobre o emprego.
- Esta situação é muito pior nos países que solicitaram a adesão, cuja integração na União Europeia agravará a actual incerteza.
- Tanto a prosperidade nacional como as economias das regiões dependem da competitividade do sector manufactureiro.

Muito depois da reestruturação destas indústrias, os territórios que as tinham albergado continuam a sofrer problemas.

- A mudança das expectativas culturais e sociais requer toda uma geração, e só chega quando os filhos aprenderem novas atitudes.
- A nova especialização de uma massa laboral pode durar até quinze anos.
- Necessita-se dez anos para sanear muitas convocações industriais, prazo que pode chegar a dobrar se a contaminação for muito grave.
- "O problema de imagem" de muitas zonas industriais dificulta a atracção de novos investimentos.
- Muitas indústrias substituíveis são frágeis e o emprego que oferecem é precário.

Daí que, tanto nos actuais como nos novos Estados Membros, a regeneração das zonas industriais necessite do apoio das políticas europeias regionais e de coesão mais à frente de 2006. Embora não sejam as únicas zonas que merecem apoio, tão pouco podem abandonar-se.

A nova ronda: cinco princípios básicos do progresso

1. As regiões menos favorecidas dos novos Estados Membros da Europa Central e do Leste necessitarão, merecerão e terão direito a receber o apoio da União Europeia. Mas muitas regiões menos favorecidas dos Quinze também merecem o apoio da União e têm direito a recebê-lo.

- O Segundo Relatório sobre a Coesão expõe as disparidades regionais que seguem esperando atenção no seio dos actuais estados membros.
- Inclusive as regiões prósperas revistam ter bolsas de extrema pobreza e de grave exclusão social.
- Seria injusto que a ampliação se fizesse primordialmente à costa das zonas mais pobres dos Quinze.
- A eliminação das ajudas concedidas às regiões mais pobres poderia escavar o apoio popular à ampliação, ou inclusive à própria União.

2. Como terá dito acertadamente o delegado Barnier, na próxima ronda terá que se apoiar a três tipos de territórios:

- Regiões subdesenvolvidas.
- Regiões que não completam o avanço para a convergência.
- Territórios afectados por problemas especiais de tipo geográfico ou temático, entre eles os imersos em reestruturações industriais.

3. Terá que se encontrar os recursos económicos necessários para satisfazer estas exigências

- Dever-se-ia aumentar contribuição orçamentária às políticas regionais.
- Poderiam modificar parâmetros actuais (por exemplo, as intensidades das ajudas).
- Uma concentração mais intensa nas zonas precisas pode rentabilizar melhor os recursos empregados.

4. Necessitam-se processos justos para proteger contra reduções drásticas das ajudas

- Em 2007 deveria manter o princípio da safety net, adoptado na actual ronda.
- As ajudas transitivas são de agradecer, embora só para facilitar estratégias de saída para territórios que tenham melhorado autenticamente sua situação económica, não como substituto do programa completo que necessitam as zonas ainda subdesenvolvidas.

5. Faz falta incorporar transparência e subsidiariedade aos procedimentos de atribuição e aplicação do apoio prestado pela União.

- É preciso que os critérios de atribuição possam aplicar-se de maneira justa em todos os Estados Membros.
- Na medida do possível, a atribuição e aplicação dos Fundos Estruturais deveriam descentralizar-se, transferindo-se para isso às autoridades nacionais, regionais e locais.
- Faz falta trocar as normas que regem o apoio prestado pelos estados da União, para que possam implementar políticas regionais activas que transbordem os estreitos limites geográficos impostos à ajuda da União.

Coalition InTer
A Coesão dos Territórios Industriais Europeus

Agrupar a quatro associações europeias de autoridades regionais e locais, para abordar temas de juro comum, sobre tudo relativos à formulação de directrizes da União.

ACTE

A Associação das Colectividades Têxteis Europeias agrupa zonas têxteis da França, Itália, Espanha, Portugal, Reino Unido, Bélgica e Grécia.

CASTer

A Conferência e Associação de Regiões do Aço agrupa as zonas produtoras de aço do Reino Unido, França, Países Baixos, Suécia, Alemanha, Hungria e Itália.

EUR-ACOM

A Associação Europeia de Comunidades Mineiras agrupa as associações nacionais de zonas mineiras da Bélgica, França, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, Reino Unido, República Tcheca, Polónia, Roménia, Rússia e Ucrânia.

RETI

Régions dou Technologie et Industrie agrupa regiões tecnológicas e industriais dois seguintes países: Finlândia, França, Alemanha, Itália, Reino Unido, Roménia, Países Baixos